

A RELAÇÃO INDISSOLÚVEL ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO¹

Antonio Almerico Biondi Lima²

As relações entre trabalho e educação tem sido objeto de estudo de diversos campos científicos, sendo os mais prolíficos a Sociologia do Trabalho, a Economia do Trabalho e a Pedagogia do Trabalho (Trabalho e Educação). Isto porque vêm conformando a construção do conhecimento no tema, analisando estruturas consolidadas e emergentes, revelando contradições, influenciando políticas públicas e ações em defesa dos interesses dos diversos setores sociais implicados.

As vertentes críticas desses campos, cujo compromisso com as classes subalternas se consolidou e se reafirma no campo das lutas sociais, confluem por diferentes caminhos, para analisar tais relações sociais - a qualificação – especificamente, sob o capitalismo, como os processos educativos são mobilizados para atender às demandas do mercado, mas também como podem ser instrumento de resistência e emancipação dos trabalhadores.

Ao abordar a formação humana sob a lógica do capital, surgem diversas linhas de pesquisa e atuação social, entre elas: i) os saberes profissionais e suas relações com o trabalho concreto; ii) O mundo (e mercado) de trabalho e as políticas públicas de qualificação e iii) a educação integral e emancipatória dos trabalhadores e trabalhadoras (onde se insere a formação popular e sindical).

Em comum, as perspectivas de análise partem da premissa da centralidade do trabalho na vida social, em suas dimensões ontológica e histórica. O trabalho não só gera valor econômico, mas também produz relações sociais e culturais, símbolos e identidades, formando o mundo do trabalho, complexo e contraditório. Além de confirmar que as transformações heterogêneas na forma e conteúdo do trabalho não implicam em perda da centralidade, nem do seu papel fulcral na produção de valor, as pesquisas reafirmam que a subordinação econômica (na qual as classes dominantes controlam os meios de

1 Artigo de apresentação e introdução ao número 27 da Revista Ciências do Trabalho “Dossiê Trabalho e Educação I”. O autor agradece ao editor da Revista Ciências do Trabalho Samuel Fernando de Souza e as editoras convidadas Eliana Ferreira Elias (diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho) e Stênia Cássia Pereira Militão, pedagoga do Departamento Intersindical de Estatísticas e estudos Socioeconômicos – DIEESE, pelo convite e possibilidade de publicação deste dossiê, trabalho coletivo e inspirador.

2 Educador popular, Técnico em Química (ETFBA, 1978), Licenciado em Pedagogia (FEBA, 1994), Mestre e Doutor em Educação (UFBA, 1999, 2006). Professor Adjunto de Currículo e Didática (CETENS/UFRB). Pesquisador do EJAPOD/UFBA, do GEPED/UFRB e do GT-09 Trabalho e Educação da ANPEd. Membro da Coordenação da Rede de Ensino, Pesquisa e Extensão da Educação Profissional Pública da Bahia - REDEEPT, que representa no Fórum de Educação da Bahia - FEABA. Foi Analista Químico no Polo Petroquímico da Bahia (1978-1998), Diretor de Formação do Sindiquímica-Bahia e da Confederação Nacional dos Químicos da CUT (1990-1996) e Presidente da CUT- Bahia (1994-1997). Foi Diretor de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego (2003-2007), Superintendente da Educação Profissional da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (2008-2016), Secretário e Coordenador do Fórum de Gestores Estaduais de Educação Profissional (2009-2015) e Conselheiro Estadual de Educação da Bahia (2008-2016).

produção, enquanto os trabalhadores possuem apenas sua força de trabalho) tem caráter histórico e, portanto, podem ser superadas.

A mercadoria, produto do trabalho, possui valor de uso (utilidade) e valor de troca (capacidade de ser negociada), sendo o trabalho também tratado como mercadoria no “mercado de trabalho”. O valor de troca do trabalho é representado pelo salário, que não reflete a totalidade do valor produzido, pois o custo da força de trabalho é menor que o valor que ela gera, com o excedente apropriado por quem compra essa mercadoria. Esses valores são influenciados por condições históricas e sociais, afetando (e sendo afetado) por relações de gênero, étnico-raciais e etárias, entre outras, que geralmente reduzem o valor de troca do trabalho.³

Reconhecer o papel ontológico (formador do ser e das relações sociais) do trabalho implica em reconhecer sua dimensão epistemológica (criadora de conhecimento sobre o trabalho e suas relações), com os saberes sendo produzidos e reproduzidos de modo contínuo no ambiente de trabalho, combinando teoria e prática.⁴ Esta perspectiva crítica contesta formas hegemônicas de produção do conhecimento, e incorpora saberes ancestrais, locais, conhecimentos tácitos e formais, contribuindo para a formação de identidades e ações coletivas. Também denuncia a apropriação do conhecimento produzido no trabalho ao longo de séculos, “devolvida” sob a forma de violência epistêmica e simbólica por meio da transmissão de conhecimentos oficiais reduzidos, ideologizados e voltados para a reprodução dos processos hegemônicos de dominação.

O termo qualificação possui múltiplos significados, sendo frequentemente confundido com educação profissional, como se fosse apenas uma modalidade desta. Essa visão reducionista, presente tanto no discurso cotidiano quanto no acadêmico, mascara as batalhas sociais envolvidas, a exemplo da produção e reprodução de hierarquias laborais (planos de cargos e salários), das lutas classificatórias⁵ (Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e Quadro Brasileiro de Ocupações - QBQ) e da seleção de objetivos, públicos, conteúdos e métodos dos processos educativos e de reconhecimento de saberes construídos na prática. (política nacional de educação profissional, contrarreforma do ensino médio e política de certificação profissional).

A qualificação, enquanto conceito sociológico da tradição crítica, vai além da mera descrição de habilidades, conhecimentos e atitudes (caso da noção e modelo das competências⁶) e do grau de autonomia necessário ao posto de trabalho, na medida que inclui a análise das intenções dos agentes sociais na formação dos trabalhadores e trabalhadoras. Mais que isto pode ser defini-

3 **MARX**, Karl. O Capital. Livro I. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

4 cf. **LUKÁCS**, Gyorgy. Ontologia do ser social: o trabalho. São Paulo: Boitempo, 2013.

5 **BOURDIEU**, Pierre. Sociologia Geral v1. As lutas classificatórias, Petrópolis: Vozes, 2023,

6 **RAMOS**, Marise. Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2011

da como uma construção social complexa, multideterminada e contraditória, envolvendo relações entre trabalho e educação, que canaliza a produção de conhecimentos, valores simbólicos e identidades culturais para a produção e circulação de mercadorias.⁷

A qualificação, enquanto conjunto de relações sociais surge principalmente no local de trabalho, moldada pela cultura empresarial e interações entre trabalhadores, onde saberes individuais se tornam coletivos. Como a técnica, por si só, não garante produtividade; é preciso considerar fatores sociais e políticos, e são travadas batalhas cotidianas que envolvem coerção e cooperação por parte do empresariado e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras.⁸

Em contextos de reestruturação produtiva, a demanda por trabalhadores/as com habilidades diversificadas aumenta, mas contrasta com a precarização do trabalho e o desemprego, na medida que a flexibilidade nos contratos (ou ausência deles) pulveriza as conquistas sindicais dos direitos básicos que configuram o chamado trabalho decente. A “empregabilidade” e o “empreendedorismo”, noções de forte conteúdo ideológico, se firmam, inclusive nos discursos e documentos oficiais.

A visão hegemônica enfatiza competências adaptativas, sejam elas cognitivas, técnicas ou “socioemocionais”, e aprendizado contínuo, mas a mediação tecnológica também intensifica o controle sobre os trabalhadores. Modelos como o toyotismo produzem trabalhadores polivalentes com qualificações superficiais, enquanto uma formação politécnica e emancipatória exige integrar educação profissional e básica, rompendo com a histórica dualidade educacional.

Por isso, em contrapartida, os setores não hegemônicos defendem uma educação básica e profissional integral e de qualidade, que contribua para uma compreensão ampla do mundo do trabalho e do mundo social, e não para demandas imediatas e conjunturais. Enquanto os setores dominantes defendem reformas curriculares flexíveis para alinhar a educação ao mercado, o conceito de qualificação permanece relevante, por revelar contradições e possibilitar que os próprios trabalhadores questionem, reelaborem e enfrentem as disputas hegemônicas na sociedade.

A partir da categoria **trabalho** e do conceito **qualificação** pode -se discutir como, na perspectiva emancipatória, a **educação é estudada pelas ciências do trabalho. Estas podem ser definidas como** um campo interdisciplinar que estuda o trabalho humano em suas diversas dimensões. Envolve, além do trio já citado (Economia, Sociologia e Pedagogia do Trabalho), as disciplinas: **Ergologia, Psicologia do Trabalho, o Direito do Trabalho, a Administração**

7 LIMA, Antonio Almerico Biondi. As mutações no campo qualificação: *trabalho, educação e sujeitos coletivos no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado, Salvador: UFBA/PPGEdu/FACED, 2005.

8 Cf. GRAMSCI, Antonio., 1978. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Gestão de Pessoas, a Medicina e Segurança do Trabalho, dentre outras.

Importante lembrar que as ciências, enquanto construção humana: (i) nunca são neutras; ii) diferente da fé, são falseáveis e exigem teoria e método; iii) são produto do desenvolvimento histórico, sujeitas às determinações de seu tempo; iv) constroem seu *corpus* teórico e metodológico, bem como seus mitos, ícones, símbolos e v) são defendidas e questionadas por “sacerdotes” e “hereges”, além de atacadas por negacionistas e pseudocientistas. As diversas correntes internas a cada ciência se filiam a correntes mais gerais do pensamento e ação, assumindo suas posições nas disputas intelectuais e sociais.⁹ Neste sentido, não pode haver dúvida que, quem atua nas Ciências do Trabalho na perspectiva das classes subalternas, tem “lado”, o da emancipação humana.¹⁰

Um sentido muito importante na constituição das ciências do trabalho como campo é o esforço de romper as “caixas” estanques das disciplinas, com objetivo de se aproximar da compreensão da totalidade em relação ao mundo do trabalho. Observando cada disciplina isoladamente em relação ao objeto em estudo (no caso, a educação), podem ser encontradas pistas de interseção, que conduzam a uma verdadeira integração.

A economia do trabalho que questiona as teorias hegemônicas do “capital humano” e que não se resume a uma econometria apolítica, percebe a educação marcada por tensões estruturais que revelam as contradições do sistema capitalista. Por um lado, a educação pode ser percebida como mecanismo de mobilidade social e desenvolvimento humano; por outro, é cada vez mais subordinada às demandas imediatistas do mercado, transformando-se em mera fornecedora de mão de obra adaptável aos interesses do capital.

A economia do trabalho, sob a hegemonia neoliberal, impõe à educação uma função utilitarista: formar indivíduos “competitivos” e “flexíveis”, aptos a se ajustarem às oscilações de um mercado volátil e precarizado. Nesse contexto, o conhecimento é valorizado não por seu potencial crítico ou humanizador, mas por sua capacidade de gerar produtividade e lucro. As políticas educacionais, influenciadas por organismos internacionais e pelo setor empresarial, promovem reformas curriculares que enfatizam habilidades técnicas em detrimento do pensamento crítico, da cultura e da formação cidadã. O resultado é uma educação empobrecida, que naturaliza a exploração e fragiliza a capacidade de organização coletiva dos trabalhadores.

A economia do trabalho ao lado das pessoas subalternas, a exemplo da grande contribuição para a economia solidária¹¹, desnuda a falácia da relação direta entre qualificação e emprego e entre a educação e renda, que ilude a

9 **BOURDIEU**, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

10 **BURAWOY**, Michael. O marxismo encontra Bourdieu. Campinas: Editora da Unicamp.

11 **SINGER**, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. São Paulo: Contexto, 2018.

muitos. Percebe que estas relações são mediadas e que, dependendo do contexto global e nacional macroeconômico e setorial, pessoas altamente qualificadas são descartadas do mercado formal e recorrem à informalidade do trabalho precário, ambulante ou plataformizado.

A Economia do Trabalho implicada tem realizado estudos mais refinados, comparativos e interdisciplinares, sobre a precarização do trabalho, intensificada pela reestruturação produtiva e pela terceirização, o que pode contribuir para a formulação de políticas públicas de qualificação mais efetivas e inclusivas socialmente.¹² Também mapeia a perda de direitos e renda, como variáveis independentes da qualificação, dando subsídios às demandas sindicais.

A resistência à lógica hegemônica exige reconhecer a qualificação e educação como campos em disputa. A economia do trabalho não dita os fins da educação; ao contrário, questiona os fundamentos mesmos da economia, denunciando suas injustiças e apontando alternativas. Só assim poderá contribuir para romper com o círculo vicioso que subordina a formação humana aos imperativos do capital e construir uma sociedade onde o trabalho seja, de fato, ambiente de realização e não de exploração.

Já a Sociologia do Trabalho, em sua longa contribuição ao estudo das relações trabalho e educação, tem desvelado as estruturas de dominação que permeiam as relações produtivas, expondo como a educação atua não como um mecanismo de emancipação, mas como um aparelho de reprodução das desigualdades sociais. Ao analisar criticamente a interface entre trabalho e educação, percebe-se que o sistema capitalista utiliza as instituições educacionais como instrumentos de manutenção da ordem vigente, moldando currículos e práticas pedagógicas que legitimam a divisão social do trabalho e a hierarquização de classes.

Entretanto, é no ambiente concreto do trabalho que a contribuição da Sociologia do Trabalho aos debates sobre educação é mais evidente. O conceito de qualificação, de grande poder explicativo, foi elaborado e desenvolvido no âmbito da sociologia do trabalho e foi largamente utilizado no mundo e no Brasil como parte das análises das sucessivas mudanças dos processos de trabalho, com o advento da eletromecânica e, posteriormente da microeletrônica.¹³ As discussões sobre a desqualificação do trabalho sob o capitalismo, as relações complexas envolvendo qualificação, experiência e escolaridade no espaço fabril e a heterogeneidade das demandas de qualificação para os diferentes setores industriais e contextos sociais foram cruciais para atualização das estratégias sindicais de resistência¹⁴.

12 **OLIVEIRA**, Roberto Veras de. Formas de Trabalho do Capitalismo Atual. condição precária e possibilidades de reinvenção. São Paulo: Annablume, 2011.

13 **CASTRO**, Nadya Araújo. "Qualificação, qualidades e classificações" in **Revista Educação e Sociedade**, Ano XIV, São Paulo: CEDES/Papirus, 1993.
CASTRO, Nadya Araújo. & **GUIMARÃES**, Antonio Sérgio "Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas na Sociologia do Trabalho" in Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 17, ano 6., 1991.

14 **KUENZER**, Acácia. Z. Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.

A riqueza da produção, com os mais diversos objetos e abordagens, a exemplo da terceirização¹⁵ e precarização do trabalho, pode ser facilmente verificada nos anais dos encontros da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET (que também abriga grande quantidade de pesquisa da Economia do Trabalho) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais – ANPOCS.

Todavia, com o deslocamento dos debates para novos objetos de pesquisa, de modo a explicar a nova morfologia do trabalho, a saber: o trabalho precário: (intermitente, em plataformas digitais, terceirizado, via MEI, cooperativas de trabalho etc.)¹⁶ e o trabalho na economia solidária e economia popular (cooperativas, associações, redes solidárias, empresas autogeridas, trabalho autônomo vinculado a redes de compras de insumos e comercialização de produtos etc.), as relações trabalho e educação aparentemente perderam protagonismo no debate das transformações no mundo do trabalho.

Entretanto, as relações trabalho e educação continuam presentes no trabalho concreto, mesmo que modificadas e assumindo novas características¹⁷. Negá-las seria negar o caráter epistemológico do trabalho, que cria e recria saberes e práticas constantemente, sendo algumas delas - as que aumentam a produtividade e/ou a subordinação de trabalhadores/as - apropriadas, sistematizadas e traduzidas em “treinamentos”, “capacitações”, etc. A negação dessas relações seria, ainda, uma forma de naturalizar o trabalho precário, informal ou não remunerado, já que - a exemplo do trabalho doméstico e de cuidados, os saberes e conhecimentos seriam adscritos aos sujeitos (no exemplo, as mulheres) sem necessidade de mediação externa. Ou seja, mais um aspecto da precarização, a negação do direito à educação profissional, que de dever do Estado, passa a ser internalizada como responsabilidade dos indivíduos.

Como a noção de competência, mesmo com sua consolidação hegemônica, não detém capacidade explicativa e se consideramos que as relações trabalho e educação são parte constituinte da compreensão dos processos de trabalho, precisamos de ferramentas conceituais adequadas. As perguntas, que constituem a nossa pesquisa em curso, se referem a se, de fato, o conceito de qualificação perdeu o poder explicativo das relações trabalho e educação. Caso tenha perdido, que conceitos e noções a substituíram nos estudos acadêmicos, para além da crítica das competências, empregabilidade, empreendedorismo e outros artefatos da luta simbólica?

Outra questão seria qual o efeito do possível “abandono” do conceito no desenvolvimento das ciências do trabalho e nas disputas simbólicas do campo, em particular na compreensão das mutações do trabalho concreto e dos

15 **DRUCK**, Graça; **BORGES**, Angela. Terceirização: balanço de uma década. Cadernos do CRH, Salvador, n. 37, p. 111-139, 2002.

16 **ANTUNES**, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

17 **TIRIBA**, Lia.; **FISCHER**, Maria. Clara. Bueno. “Aprender e ensinar a autogestão: espaços-tempos de produzir a vida associativamente”. *Perspectiva*, v. 31, n. 2, 2013.

processos formativos a ele associados? Como relacionar estas questões com as pesquisas sobre profissões e saberes do trabalho? Como as dimensões territoriais, étnico raciais, de gênero e etárias e podem ser incorporadas a um estudo desta natureza? A nossa hipótese provisória supõe a possibilidade de atualizar o conceito de qualificação e utilizá-la para discutir as relações trabalho e educação no cenário atual tanto do trabalho precário, em plataformas, quanto na chamada indústria 4.0 nas relações criadas a partir da disseminação das inteligências artificiais - IAs.

Para debater o papel da Pedagogia do Trabalho como ciência do trabalho é preciso compreendê-la como ciência da educação¹⁸, importante pelo fato de ser constantemente questionado o seu estatuto epistemológico. No sentido amplo, Pedagogia é o campo do conhecimento que estuda os processos e fenômenos educativos, para qualquer faixa etária, em qualquer nível ou modalidade da educação, em qualquer tempo ou espaço, na escola ou fora dela, em qualquer contexto societal. Envolve o estudo da filosofia, da história, da sociologia e da psicologia da educação, das políticas educacionais, dos currículos, da didática, das metodologias e tecnologias de ensino-aprendizagem e da pesquisa em educação.

No sentido estrito, refere-se ao curso superior de formação de pedagogos e pedagogas, profissionais da educação habilitados para a atividade integrada e indissociável da docência e da gestão educacional em locais de trabalho diversos: educação básica (educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, ensino normal); educação profissional (formação de pessoas das áreas de serviços e apoio escolar) e outros, nos quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos: órgãos dos sistemas de ensino; instituições de ensino públicas, provadas ou comunitárias e organizações não-escolares, como empresas, organizações não governamentais e sindicatos. Mais recentemente, a profissão (bem como todas vinculadas à docência), tem sofrido ataques no âmbito das reformas neoliberais, no sentido da precarização e intensificação do trabalho.

A Pedagogia se desenvolveu, desde a sua origem grega, vinculada à educação de crianças, passando por uma visão tecnicista que a entende como “ciência humana aplicada”, até as décadas finais do século XX, quando após muitos combates, teve seu status científico reconhecido. A compreensão recente da Pedagogia como ciência da educação tem ampliado o seu escopo tradicional, para as mais diversas áreas da educação, em particular, na educação de jovens e adultos e na educação profissional. Neste desenvolvimento, percebe-se uma substituição gradativa da perspectiva normativa, na qual a Pedagogia cumpre um papel prescritivo da “boa conduta em educação” para um papel crítico e investigativo, ou seja, da pesquisa do fenômeno educativo, entendida como intervenção em tempo real (pesquisa-ação).

Desta forma, destacam-se os estudos voltados para: a) a procura das fina-

lidades e da racionalidade das práticas educativas, âmbito da Filosofia da Educação; b) o entendimento dos sujeitos envolvidos nos processos educativos e a relação destes e da própria educação com a sociedade e o Estado, âmbitos da Sociologia da Educação e da Política Educacional; c) os conteúdos, métodos e o processo de ensino - aprendizagem, envolvendo o Currículo, a Didática e a Psicologia da Educação. No Brasil, a vitalidade da Pedagogia enquanto ciência da educação pode ser medida pelo grande número de cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Educação. Uma amostra significativa desta produção é apresentada ao público no encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Pedagogia também pode se referir a teoria ou sistema pedagógico composto por determinadas Filosofia e Sociologia da Educação, Teoria de Currículo e Didática. Deste modo, pode-se falar em Pedagogias no plural e agrupá-las de acordo com o referencial teórico adotado: essencialistas ou existencialistas; diretivas e não-diretivas; construtivistas e não construtivistas, de base fenomenológica, feministas, marxistas, críticas, pós-modernas etc. Também neste sentido, mas baseado no conceito gerador, na finalidade do processo educativo e/ou no princípio educativo adotado, podem-se encontrar Pedagogias do Trabalho, da Terra, em Movimento etc. Entretanto, o uso abusivo e coloquial do termo Pedagogia frequentemente a confunde com a Educação (ou seja, com o objeto do seu estudo) ou com a Didática (ou seja, com a parte dela voltada para o estudo e desenvolvimento de métodos e técnicas do processo ensino-aprendizagem).

Se a confusão com o objeto retira da Pedagogia o caráter de instrumento investigativo dos processos educativos, a confusão com a Didática a reduz ao seu aspecto meramente instrumental e tecnicista, embora a dimensão didática não necessariamente seja (ou deva ser) exclusivamente técnica. Neste sentido reducionista encontram-se termos como “Pedagogias para o uso de novas tecnologias”, “Pedagogias para a educação infantil”, etc. Contribuindo para a disseminação do termo, o mercado editorial vinculado ao campo da Educação tornou lugar comum o uso da Pedagogia nos títulos dos livros, seguido de um substantivo ou adjetivo, na maioria das vezes com o objetivo de induzir o leitor à procura de pretensos elementos de um sistema pedagógico original, como os presentes nos clássicos “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire ou “Pedagogia Histórico-Crítica” de Demerval Saviani.

A Pedagogia apresenta importância e abordagens diferenciadas para as diversas concepções sustentadas pelos sujeitos coletivos. Para os empresários, o relevante são os aspectos normativos e técnicos da Pedagogia, que os permitem se apresentar como portadores de alta qualidade educacional. Para as classes trabalhadoras, como suporte para a discussão da educação integral e da qualificação integrada à elevação da escolaridade.

Nesta linha, o que seria a Pedagogia do Trabalho? Neste artigo usamos

o termo para se referir ao campo Trabalho e Educação ampliado com as formulações e experiências dos movimentos sociais e dos gestores públicos comprometidos com a transformação social, fazendo a disputa simbólica da apropriação do termo pelo pensamento pedagógico não crítico, vinculado aos interesses empresariais. Este, pertencente ao polo hegemônico, por vezes é chamado de pedagogia profissional e propugna uma “andragogia” (uma metodologia específica para adultos trabalhadores) e que tem como uma das suas bases teóricas a teoria do capital humano e o modelo de competências.

Ao contrário, a Pedagogia do Trabalho é contra hegemônica. Pode ser definida como o conjunto de teorias e sistemas pedagógicos, com abordagens teóricas e práticas, que têm em comum a intenção de realizar objetivos educacionais e de aprendizagem emancipatórios explorando métodos e meios fundamentados no trabalho como princípio educativo. Com raras exceções, tais vertentes se encontram vinculadas aos movimentos sociais e políticos de trabalhadores, e implicam em compreender a educação como ferramenta para a superação do trabalho alienado e para a emancipação do sujeito trabalhador.

No sentido estrito, pode ser entendida como a forma por meio da qual se faz a produção do trabalhador como parte do conjunto das condições imprescindíveis à produção e reprodução da força de trabalho, podendo apresentar caráter alienador ou emancipador, conforme a correlação de forças e sua direção. Este processo de formação humana resulta da subjetivação (apropriação das características do gênero humano por meio do trabalho) e da objetivação (este mesmo trabalho transforma a natureza, a sociedade e o próprio sujeito-que-trabalha).

Em decorrência da adoção do trabalho como princípio educativo, a Pedagogia do Trabalho apresenta necessariamente, com maior ou menor ênfase, uma Filosofia da Educação que percebe o trabalho como mediação fundamental na construção social, não só do conhecimento sobre a natureza e a sociedade, mas do próprio ser humano; uma Sociologia da Educação que relaciona a construção, apropriação e disseminação do conhecimento com as relações intra e inter classes sociais; uma Teoria de Currículo que demanda a articulação entre os saberes acadêmicos e os construídos na vida e no trabalho e um processo simultâneo de aprendizagem teórica e prática; uma Didática que apresenta estratégias de reconhecimento dos saberes prévios dos educandos trabalhadores e para a sua participação ativa e cooperada na (re) construção dos conhecimentos.

No sentido histórico, embora de origem remota e mundial, têm sua ascensão coincidente com a do movimento operário europeu no século XIX. Nelas se enquadram as experiências pedagógicas dos anarquistas e dos socialistas utópicos; as concepções de educação do movimento comunista e as políticas educacionais dos primeiros anos do Estado Soviético. Todas defendiam, a seu modo, a integração entre trabalho e educação pela incorporação deste como

instrumento pedagógico imprescindível e como conteúdo educacional específico, sobre os quais é necessária a reflexão crítica com vistas a um maior e mais aprofundado conhecimento do mundo do trabalho.

No século 20, a Pedagogia do Trabalho desenvolveu uma forte crítica ao taylorismo-fordismo e à sua desvalorização do saber operário, apoiando-se nas discussões da Sociologia do Trabalho sobre qualificação. A partir do pensamento marxiano e gramsciano, foram elaboradas e testadas alternativas à fragmentação do conhecimento do trabalho e à separação entre o trabalho manual e o intelectual. Neste sentido, a politecnia se opõe, enquanto proposta de formação integral do trabalhador, tanto ao trabalho empobrecido, quanto à polivalência reclamada posteriormente pelos modelos de produção pós-fordistas¹⁹. A valorização do saber operário remete, por sua vez, à possibilidade e necessidade de legitimação e validação de saberes e experiências do trabalho, implicando em processos de certificação profissional.

No Brasil, também se refere a um campo específico de conhecimento científico no interior da Pedagogia, abrangendo as relações entre Trabalho e Educação, desde a esfera produtiva até as repercussões de cunho educacional, sejam elas institucionais, sejam no âmbito do processo educativo concreto. Este campo estaria se constituindo no Brasil a partir dos anos 80, por meio de concepções pedagógicas críticas, históricas e dialéticas²⁰ assumidas por grupos acadêmicos “Trabalho e Educação” disseminados por várias universidades brasileiras, se constituindo em um dos grupos mais ativos da ANPed (GT 09 – Trabalho e Educação)²¹.

Os principais interesses de estudo deste campo inicialmente eram as mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na educação dos trabalhadores; a qualificação profissional²² e **as políticas públicas de emprego; as políticas públicas de educação profissional e sua articulação com a educação geral; as práticas pedagógicas de movimento sociais de trabalhadores. Estas últimas, mais que objetos de estudo, têm revigorado a perspectiva pedagógica do trabalho, com destaque a partir dos anos 90 para as experiências da Central Única dos Trabalhadores (CUT)**²³ e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Entretanto o acirramento das contrarreformas neoliberais na educação a partir de 2016, em particular a do ensino médio concentrou os esforços investigativos na denúncia, avaliação e elaboração de alternativas aos efeitos perversos da reforma sobre a formação

19 MACHADO, Lucília Regina de Sousa. Politecnia, escola unitária e trabalho. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

20 SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 8ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

21 GOMEZ, C. M. et alli. Trabalho e Conhecimento: *Dilemas na Educação do Trabalhador*, 2ª ed, São Paulo: Cortez, 1989

22 MANFREDI, Sílvia Maria. “Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas” in Revista Educação e Sociedade no 64, São Paulo: CEDES/Papirus.1999.

23 LIMA, Antonio Almerico Biondi. Rumo Ao Sindicato Cidadão? *qualificação profissional e políticas públicas em tempos de reestruturação produtiva*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA/PPGEdu/FA-CED, 1999

da juventude brasileira, incluindo em os impactos das reformas na educação profissional técnica de nível médio.

A educação profissional emancipatória constitui um campo de estudo e de ação extremamente importante para a classe trabalhadora e para a Pedagogia do Trabalho. É preciso pensar de forma ampla a educação dos ex-, atuais e futuros trabalhadores e trabalhadoras, incluindo aqui a Educação do Campo e a Educação de Jovens e Adultos, que apresentam princípios convergentes com o exposto até aqui. Serão levantados alguns pontos, ficando o aprofundamento para o próximo dossiê.

A escola pública, embora instituída e mantida pelo Estado, atua como um “aparelho privado” ao reproduzir ideologias e valores hegemônicos que legitimam as estruturas de dominação da sociedade. Isso ocorre porque seu currículo e práticas pedagógicas reforçam a cultura dominante, servindo a interesses específicos, mesmo que sua natureza seja pública.

No entanto, a escola também é espaço de disputa, e docentes, funcionários e estudantes a fazem no seu cotidiano. O trabalho não é apenas princípio educativo nos currículos escolares, ele o é na vida de cada trabalhador e de cada trabalhadora. Ao denominar o ambiente escolar de “chão de escola”, traçando um paralelo com o “chão de fábrica”, analisando o processo de trabalho educacional na sua especificidade e na sua conexão mais ampla com os processos de trabalho sob o capitalismo, há fortalecimento da identidade dos trabalhadores da educação e do movimento estudantil, alinhamento com forças sociais não hegemônicas (pais, comunidades do entorno, movimentos populares e sindicatos), tornando a escola território de resistência e produtora de saberes contra hegemônicos.²⁴ Não é à toa que a escola pública é tão atacada pela direita e extrema direita na sua autonomia e papel social.

A existência e resistência da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) emancipatória, que tem o trabalho como princípio educativo, integra ciência, tecnologia e sociedade em um projeto ético e transformador. Ela não pode ser neutra, mas sim comprometida com a justiça social, a soberania nacional e o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Suas características essenciais: ser pública, gratuita, laica, inclusiva e socialmente referenciada, priorizando a formação integral do indivíduo como trabalhador e cidadão, e não a demanda imediata do mercado. Além disso, deve contribuir para a garanti o direito à educação e ao trabalho, articular educação básica e profissional, promover pesquisa e tecnologias sociais, e reconhecer os saberes adquiridos na vida e no trabalho.

Muitos desses princípios foram inseridos, com muita luta, em leis e normativas, porém sua implementação tem sido precária ou fragmentada, com recuos evidentes. As políticas públicas educacionais, influenciadas por agentes

²⁴ **FREIRE**, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Práxis. São Paulo: Cortez, 1995.

internacionais e oscilações governamentais, carecem de continuidade e consistência. Para superar isso, é necessário construir políticas de Estado — não apenas de governo — baseadas em evidências científicas, práticas pedagógicas engajadas e vozes dos próprios sujeitos sociais, especialmente daqueles que mais precisam ser beneficiados. Os movimentos sociais e sindical precisam assumir e reforçar estas bandeiras. Só assim a EPT terá chance de cumprir seu papel emancipatório, de formar trabalhadores e trabalhadoras conscientes de seus direitos e papel histórico.

Como parte desse campo de lutas, as relações entre trabalho e educação sempre permearam as práticas do Departamento Intersindical de Estatísticas e estudos Socioeconômicos - DIEESE, desde a sua fundação em 1955. Gerações de sindicalistas foram formados para as negociações salariais e, com o passar do tempo, os temas se ampliaram e se tornaram mais complexos, até que se tornou imperativo a criação de uma “universidade do trabalho” popular e autônoma, na tradição dos movimentos sociais populares da América Latina.

A Escola Dieese de Ciências do Trabalho, criada em 2012, representa a síntese desse patrimônio educativo com a educação classista de novas lideranças sindicais e populares, agora também com cursos de graduação e pós-graduação, e a disseminação da produção científica. Ao perceber a importância analítica e estratégica de compreender e a diversidade das classes trabalhadoras e outros setores subalternos, em relação às questões de gênero, étnico-racial, geracional, orientação sexual, deficiência, os estudos e ações se multiplicaram. E, como não poderia deixar de ser, as investigações e lutas se modificaram com o tempo, e o esforço compreensivo e de mobilização se dirigem aos contextos neoliberais de precarização extrema do trabalho e das reformas educacionais privatizantes e excludentes.

Entretanto, este é o primeiro Dossiê Trabalho e Educação da Revista Ciências do Trabalho, desde o seu lançamento em 2013. Como as relações trabalho e educação (seja de forma implícita ou explícita) sempre estiveram presentes nos *curricula* da Escola e o tema não é conjuntural, este primeiro volume do dossiê começa a preencher esta lacuna, ao apresentar olhares múltiplos sobre o tema. A demanda reprimida pode ser constatada pela forte adesão ao edital, e tantos artigos de boa qualidade chegaram até nós que não poderiam deixar de ser aproveitados. Juntamente com artigos de outras/as especialistas convidados, eles estarão no segundo volume do dossiê que será publicado na sequência.

Iniciamos o presente dossiê com os artigos de convidados/as e, consoante com os tempos sombrios que enfrentamos, o professor Henry Giroux, um dos fundadores da Pedagogia Crítica, faz um forte e verdadeiro libelo contra o obscurantismo norte-americano e mundial e – tão importante quanto – o chamamento aos educadores e educadores críticos à luta pelos direitos humanos básicos ameaçados, da qual não podemos recuar.

Na sequência, a professora Lucília Machado do GT09-Trabalho e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), nos presenteia com uma valiosa apresentação, crítica e detalhada, do campo Trabalho-Educação (o hífen denotando a indissolubilidade das relações), quanto a suas bases teóricas, princípios, desenvolvimento histórico e temas principais, com destaque à crítica às reformas do ensino médio e da educação profissional. Entre tantas importantes questões levantadas, destacam-se o debate sobre a dimensão ontológica do trabalho e o fato do campo ter um papel “militante”, ou seja, que não se limita a reflexões acadêmicas, mas as toma como ponto de partida para a ação ao lado das classes trabalhadoras.

A educação de trabalhadores e trabalhadoras na perspectiva de classe é uma tradição que no Brasil remonta ao século XIX, com os movimentos socialistas, anarquistas e comunistas. A educação popular, realizada nas comunidades de base, teve – e tem – nos setores subalternos o seu principal público. Afinal, são milhões de pessoas às quais o direito à educação foi negado, com forte impacto na sua inserção e permanência no mundo do trabalho.

Para compreender este processo, o profundo e instigante texto da Professora Silvia Manfred do Instituto Paulo Freire – Itália, com larga experiência na pesquisa histórica e na assessoria do movimento sindical, nos apresenta não apenas o processo histórico da educação formal das classes trabalhadoras, mas aquelas formações realizadas pela própria classe. Ao resgatar a importância da formação sindical no surgimento de lideranças populares e na disseminação do programa classista, com repercussões nas políticas públicas, embates políticos e na conformação da consciência nacional, o texto nos provoca a refletir sobre este papel no contexto atual. Seguindo as perspectivas gramsciana e freireana, trata-se de formar as pessoas subalternas, no sentido da sua emancipação.

Como para ilustrar, com exemplo prático, as questões levantadas no texto anterior e aprofundar o debate, Marco Aurélio Souza, do Centro de Apoio a Empreendimentos da Economia Solidária, aborda corajosamente os desafios e possibilidades de qualificação específica dos trabalhadores e trabalhadoras deste setor não submetido a patrões. Entretanto, como as práticas patronais de subalternização muitas vezes sobrevivem, os processos formativos mais uma vez revelam seu caráter estratégico, ao reafirmar princípios e práticas alternativas coerentes com o projeto político pedagógico da economia solidária.

A produção de conhecimento e as experiências do movimento popular e sindical não poderiam deixar de inspirar políticas públicas. Neste sentido, Magno Lavigne e Cristina Kawalckiewicz, respectivamente Secretário Nacional de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda e Diretora de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ambos com experiência no movimento sindical, descrevem minuciosamente os princípios, objetivos e metodologia do Programa Manoel Querino de Qualificação Social e Profis-

sional (PMQ). O Programa retoma as perspectivas emancipatórias das ações de qualificação do MTE, que foram implantadas entre 2003 e 2007 e que sobreviveram a duras penas até 2016, quando o golpe midiático-parlamentar as encerrou. O PMQ é auspicioso: em tempos de forte pressão conservadora e pragmática, apresenta fundamentos e objetivos que priorizam as demandas de trabalhadores e trabalhadoras.

Esta apresentação não irá detalhar os ótimos doze artigos e duas resenhas que completam este volume, de autoria de sindicalistas, técnicos do DIEESE e pesquisadores acadêmicos de várias regiões do país, que foram analisados e selecionados, a partir de edital, pela editoria do dossiê. Entretanto, ao recomendar fortemente sua leitura, que formam um mosaico da produção e experimentação em trabalho e educação, nos parece importante dizer que podemos classificá-los quanto aos campos científicos em que se embasam.

Deste modo, observamos um artigo vinculado à Economia do Trabalho, e outro com base na Sociologia do Trabalho. Sete artigos apresentam referencial no campo Trabalho e Educação, com foco nas reformas do ensino médio e seus impactos da educação das pessoas que vivem do trabalho e seus filhos e filhas. Por fim, três artigos, ligados à formação sindical, bem como a resenha (com os aportes do geógrafo David Harvey, do sociólogo Ricardo Antunes e do economista Vitor Figueiras a questões pertinentes a este dossiê) são exemplos da tão desejada interseção e interação de campos de conhecimento e sua contribuição para as lutas das classes trabalhadoras.

Nos vemos no segundo dossiê! Boas leituras críticas, boas pesquisas implicadas e boas práticas educativas emancipatórias!

Salvador, 23/05/2024